



ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 001/2020 PMPA x ALEPA

1. PARTES:

- ✓ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
- ✓ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARÁ

OBJETO: “O presente acordo de cooperação tem por objeto à cooperação mútua entre os partícipes, para a cessão de pessoal, pertencente à Reserva Remunerada da Polícia Militar do Pará, com fim de propiciar meios de garantir a execução das atividades laborais do efetivo cedido, bem como a remuneração mensal prevista na Legislação Estadual, para o pagamento de pessoal que exercerá funções administrativas na ALEPA.

2. VALOR: SEM REPASSE FINANCEIRO

3. VIGÊNCIA: 05/03/2020 a 05/03/2021

4. PUBLICAÇÃO: DOE N° 34.139 de 11/03/2020

5. DATA DA ASSINATURA: 05 DE MARÇO DE 2020



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 003/2019

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ – PMPA E A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ - ALEPA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.018.544/0001-02, sediada na Rua do Aveiro, nº 130, CEP. 66.020.070, doravante denominado CESSIONÁRIA, neste ato representada pelo seu Presidente, o Deputado Estadual **DANIEL BARBOSA SANTOS**, Brasileiro, portador da cédula de identidade nº 4709040 PC/PA e CPF nº 920.464.362-53, residente e domiciliado nesta cidade e a **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ-PMPA**, Órgão da Administração Pública Estadual, doravante denominada CEDENTE, sediada na Rodovia Augusto Montenegro, Km 09, Nº 8401 CEP: 66.821.000, Bairro Parque Guajará – Icoaraci/PA, inscrita no CNPJ 05.054.994/0001-42, neste ato representada por seu Comandante Geral CEL QOPM **JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR**, brasileiro, oficial de Polícia Militar, portador do RG 18044 PMPA, CPF: 426.627.292-87, residente e domiciliado nesta cidade e o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**, Órgão da Administração Pública Estadual, doravante denominado INTERVENIENTE, sediada na Travessa Arcipreste Manoel Teodoro, nº 305, inscrita no CNPJ 05.054.952/0001-01, neste ato representada por seu secretário, **UÁLAME FIALHO MACHADO, PORTADOR DO RG Nº 3523843 e CPF Nº 640.055.502-15**, residente e domiciliado nesta cidade, **CELEBRAM** o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, em conformidade com os Decretos nº 1960 de 18 de janeiro de 2018 (cessão de servidores) e nº 892 de 11 de novembro de 2013 (convocação de militares da reserva remunerada), conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO tem por objeto à cooperação mútua entre os partícipes, para a cessão de pessoal, pertencente à Reserva Remunerada da



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



Polícia Militar do Pará, com fim de propiciar meios de garantir a execução das atividades laborais do efetivo cedido, bem como a remuneração mensal prevista na Legislação Estadual, para o pagamento de pessoal que exercerá funções administrativas na ALEPA.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado conjuntamente pela PMPA e pela ALEPA, o qual passa a integrar este Acordo, independentemente da transcrição.

2.2. Excepcionalmente, admitir-se-á a reformulação do Plano de Trabalho aprovado, o qual deverá ser previamente apreciado pelo setor técnico e submetida à aprovação dos partícipes, vedada, porém, a mudança do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPIES

3.1. Constituem obrigações comuns aos partícipes:

3.1.1. Acompanhar permanentemente a execução deste Acordo, com vistas a ajustes e revisões;

3.1.2. Nomear **FISCAL** do presente Acordo nos termos da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Estadual nº 870/2013.

3.1.3. Encaminhar imediatamente ao outro partícipe, denúncias ou indícios de irregularidades relacionadas ao objeto deste Acordo, que chegarem ao seu conhecimento, de forma a permitir à parte responsável, a adoção de medidas administrativas e legais cabíveis.




3.1.4. Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Acordo.

3.2. COMPETE À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ.

3.2.1. Pagar aos Policiais Militares que exercem função comissionada nesta casa, os valores mensais, devidos em razão das atividades laborais desempenhadas nesta casa de Leis.

3.2.2. As despesas com o pagamento de remuneração dos Militares cedidos pela PMPA deverão ocorrer em fonte de recursos da Assembleia Legislativa do Pará.

3.3. COMPETE A POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PMPA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



3.3.1 – Ceder Militares da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Pará, após comum acordo com o Comando da Polícia Militar do Pará.

3.3.2 – Manter na Assembleia Legislativa do Pará, todos os Militares solicitados pela Presidência da Casa e devidamente autorizados pelo Comando da corporação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

4.1. Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo.

4.2. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: remuneração pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes no orçamento da ALEPA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O presente Acordo terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação de seu extrato em Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.

5.2. A prorrogação que trata o item anterior dependerá de comunicação escrita e fundamentada pela parte interessada.

5.3. A prorrogação, caso seja acatada, será formalizada através de Termo Aditivo, devidamente publicado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ADITAMENTOS

6.1. Sempre que se fizer necessário à boa execução do objeto, os partícipes, de comum acordo, poderão alterar este Acordo, mediante Termo Aditivo, desde que as modificações não produzam alteração do seu objeto.

6.2. A solicitação de alteração do Acordo, através de Termo Aditivo, deverá ser protocolada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término da vigência do Acordo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

7.1. Constitui motivo para rescisão deste Acordo, independentemente do instrumento de sua formalização:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



I. O inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, incluindo, sem prejuízo de outras constatações;

II. A constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de formação em qualquer documento apresentado;

III. A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

7.2. Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer das partes mediante devida justificativa, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigiado o acordo e creditando-se lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

7.3. O Acordo de Cooperação poderá, ainda, ser denunciado por quaisquer dos partícipes, observado o aviso de trinta dias antes do término da execução estabelecida no Plano de trabalho, findos os quais será dada publicidade ao ato.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O presente Acordo não contempla repasse de recursos entre os partícipes.

CLÁUSULA NONA: DAS RESPONSABILIDADES

Os Militares Estaduais empregados pela Polícia Militar do Estado do Pará, na execução do objeto deste Acordo, ficarão à disposição da ALEPA, conforme preconiza a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ACEITAÇÃO VOLUNTÁRIA

Os Policiais Militares da reserva remunerada poderão, mediante aceitação voluntária, ser designados para o serviço ativo, em caráter transitório, por proposta do Comandante Geral e ato do Governador do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Este Acordo deverá ter seu extrato no Diário Oficial do Estado com ônus à Polícia Militar, no prazo 10 (dez) dias após sua assinatura, com efeitos a contar da respectiva publicação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Belém, para solução de questões oriundas deste Acordo renunciando as partes, desde já, a qualquer outro a que, porventura, tenham ou possam a vir ter direito.

12.2. E por estarem de acordo, a Cessionária e a Cedente firmam o presente Acordo de Cooperação em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, abaixo firmadas.

Belém/PA, 05 de março de 2019.

UALAME FIALHO MACHADO
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM
Comandante Geral da PMPA

DANIEL BARBOSA SANTOS
Presidente da ALEPA

TESTEMUNHAS:

1. Nome: Denis Ferreira Penante
Identidade: 33314
CPF: 847.524.322-34

2. Nome: Abílio Abunkio Neto
Identidade: 40747
CPF: 863.938.632-34

Denis Ferreira Penante
CBPM-RG 33314